

Ficha de unidade curricular

- Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica -
2026/2027 – 2.º Semestre

Unidade curricular

Direito do Procedimento Administrativo

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Sandra Lopes Luís

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A unidade curricular de Direito do Procedimento Administrativo pretende conceder aos alunos de mestrado as competências necessárias para que, numa perspetiva holística e com base num espírito crítico, consigam compreender a atividade da Administração Pública tendo em conta a evolução do direito administrativo moderno e as influências do direito europeu.

Mais concretamente, a presente unidade curricular tem em vista os seguintes objetivos de aprendizagem:

- Análise dos sujeitos do procedimento administrativo de acordo com a reconfiguração da noção de relação jurídico-administrativa e a sua importância neste âmbito;
- Estudo dos mecanismos de simplificação administrativa e a sua importância para a salvaguarda do interesse público e das garantias dos particulares;
- Enquadramento da atividade da Administração Pública diante da evolução tecnológica: reconfiguração das formas da atuação da Administração; vantagens e perigos da inteligência artificial; transparência e proteção de dados pessoais.

Conteúdos programáticos

Tema: Direito do Procedimento Administrativo

- Enquadramento geral do procedimento administrativo em Portugal: evolução histórica e novos paradigmas.
- Âmbito de aplicação do CPA: Administração Pública e a “fuga” para o direito privado.
- Relação jurídica administrativa e procedimento administrativo.
- Legalidade, discricionariedade e boa administração.
- Os mecanismos de simplificação procedimental.
- Administração eletrónica, procedimento administrativo e inteligência artificial.
- A reconfiguração das formas de atuação da Administração na era da inteligência artificial.
- Procedimento administrativo na sociedade de informação: transparência, acesso à informação administrativa e o direito à proteção de dados pessoais.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos visam conferir os instrumentos teóricos necessários para o conhecimento e reflexão acerca dos principais problemas e desafios da atividade administrativa portuguesa tendo em conta as influências do direito europeu e do direito comparado.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teórico-práticas ministradas pelo docente, promovendo a interação e o debate com os alunos sobre os temas da disciplina. Análise crítica da jurisprudência administrativa e constitucional. Acompanhamento da elaboração de trabalhos escritos.

A avaliação divide-se em dois segmentos: 50% da nota atende à participação oral e à apresentação na aula, com posterior entrega, de um trabalho escrito sobre um dos temas da disciplina; os outros 50% atendem à realização de uma prova escrita final.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Com o recurso ao método teórico-prático pretende-se a transmissão de conhecimentos e o incitamento ao debate e reflexão acerca dos problemas e desafios atuais da atividade da Administração Pública em Portugal.

Bibliografia principal

AA. VV. (F. DE QUADROS, M.^a GLÓRIA GARCIA, R. MACHETE, J.C. VIEIRA DE ANDRADE, M. AROSO DE ALMEIDA, SÉRVULO CORREIA, J. M. SARDINHA, A. POLÍBIO HENRIQUES), *Comentários à Revisão do Código do Procedimento Administrativo*, 2^a ed., Almedina, Coimbra, 2022.

AA. VV. (Coord. C. AMADO GOMES / A. NEVES / T. SERRÃO), *Comentários ao Código do Procedimento Administrativo*, vol. I e II, 6^a ed., AAFDL-Editora, Lisboa, 2023.

AMARAL, DIOGO FREITAS DO, *Curso de Direito Administrativo*, II, 4^a ed. (reimp), Almedina, Coimbra, 2024.

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE, *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 11.^a ed., Almedina, Coimbra, 2024.

ANTUNES, HENRIQUE SOUSA, LUCA BELLÍ, FILIPA URBANO CALVÃO, YASMIN CURZI, WALTER BRITTO GASPAR, EDUARDO MAGRANI E FILIPE MEDON (eds.), *Atlantic Dialogues on Technology and Regulation* Lisboa, UCP Editora, 2026.

BALAGUER CALLEJÓN, FRANCISCO – *La constitucion del algoritmo*, 2^a ed., Fundación Manuel Giménez Abad, Madrid, 2023.

BARRIO ANDRÉS, MOISÉS, *Manual de Derecho digital*, 4.^a ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2025.

CAMÕES, DIANA, *The Challenges of the GDPR in the Era of Artificial Intelligence: What Can We Expect from the Future?*, 11 E-PUBLICA (2024).

CASTRO, CATARINA SARMENTO E, *Administração Pública e novas tecnologias: implicações no procedimento e no ato administrativo*, Tese de Doutoramento, inédita, Coimbra, 2019.

DJEFFAL, CHRISTIAN, *Künstliche Intelligenz in der öffentlichen Verwaltung*. NEGZ-Kurzstudie 3, NEGZ - Kompetenznetzwerk Digitale Verwaltung, 2018.

ESTORNINHO, MARIA JOÃO, *A fuga para o direito privado*, Coimbra, Almedina, 2009.

FREITAS, LOURENÇO, *Direito do Procedimento Administrativo e Formas de Actuação da Administração – Parte Geral*, AAFDL-Editora, Lisboa, 2016.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

GARCIA, BEATRIZ, *A Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas por danos decorrentes da utilização de inteligência artificial no exercício da função administrativa*, AAFDL-Editora, Lisboa, 2025.

POR DANOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

GONÇALVES, PEDRO, *O ato administrativo informático (o Direito administrativo português face à aplicação da informática na decisão administrativa)*, in *Scientia Iuridica*, vol. 46, n.º 265/267, Braga, 1997, pp. 47 e segs.

HEINE, MOREEN, ANNA-KATHARINA DHUNGEL, TIM SCHRILLS, DANIEL WESSEL. *Künstliche Intelligenz in öffentlichen Verwaltungen: Grundlagen, Chancen, Herausforderungen und Einsatzszenarien*. Wiesbaden: Springer Gabler, 2023.

LEITÃO, ALEXANDRA, *A Administração Pública eletrónica: oportunidades e desafios*, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 152, out/dez, p. 24 e segs, 2022.

LUÍS, SANDRA LOPES, *A acção contra particulares no contencioso administrativo português – contributo para o estudo da tutela jurisdicional nas relações administrativas entre particulares*, Imprensa FDUL, Lisboa 2021.

MARQUES, FRANCISCO PAES, *As Relações Jurídicas Administrativas Multipolares*, Almedina, Coimbra, 2011.

NEVES, ANA, *A simplificação administrativa na era digital*, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 152, out/dez, p. 34 e segs, 2022.

OLIVEIRA, M. ESTEVES DE, J. PACHECO AMORIM, P. COSTA GONÇALVES, *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, 2.ª ed., 8.ª reimp., Almedina, Coimbra, 2010.

OTERO, PAULO, *Direito do Procedimento Administrativo*, vol. I (reimp), Almedina, Coimbra, 2024.

PINHEIRO, ALEXANDRE SOUSA /TIAGO SERRÃO/MARCO CALDEIRA/ JOSÉ DUARTE COIMBRA, *Questões fundamentais para a aplicação do CPA*, reimp, Almedina, Coimbra, 2024

PONCE SOLÉ, JULI, *Inteligencia artificial, Derecho administrativo y reserva de humanidad: algoritmos y procedimiento administrativo debido tecnológico*, in *La Administracion al Día*, 2019.

PONCE SOLÉ, JULI, *Razões legais para limitar a automação total dos poderes administrativos discricionários: possibilidades legais e limites da inteligência artificial*, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 19, AAFDL-Editora, Lisboa, 2024.

ROQUE, MIGUEL PRATA, *Administração eletrónica e automatização: contributos para uma reformulação da teoria geral das atuações administrativas*, Estudos em Homenagem a Rui Machete, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 763 e segs.

SÁNCHEZ FRÍAS, IRENE, VILLEGAS ALMAGRO, YERAY (coord.), *Derecho y entornos digitales*, 1ª ed., Editorial: Atelier, 2025.

SILVA, ARTUR FLAMÍNIO DA, *Direito Administrativo e Tecnologia*, 4ª ed, Almedina, Coimbra, 2026.

SILVA, VASCO PEREIRA DA, *AI Constitutional and Administrative Law – How to Prevent “Submersion”?*, Luca Mezzetti, Seminario Giuridico della Università di Bologna CCCXL, Bologna University Press, 2024, pp. 265 e segs.

VALERO TORRIJOS, JULIÁN, *Las garantías jurídicas de la inteligencia artificial en la actividad administrativa desde la perspectiva de la buena administración*, *Revista Catalana de Dret Públic*, n.º 58, 2019, pp. 82 e segs.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa